



B1

ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



A Importância Da Gestão Tributária No Agronegócio Brasileiro

The Importance of Tax Management in Brazilian Agribusiness

DOI: 10.55892/jrg.v8i18.2108

ARK: 57118/JRG.v8i18.2108

Recebido: 12/05/2025 | Aceito: 20/05/2025 | Publicado *on-line*: 21/05/2025

Keila Simão de Aquino¹

<https://orcid.org/0009-0005-1983-5854>

<https://lattes.cnpq.br/8948497303423396>

Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) – Campus Palmas, Tocantins, Brasil.

E-mail: ksaramos@gmail.com

Beatriz Cilene Mafra Neves Bigeli²

<https://orcid.org/0000-0002-0264-9650>

<http://lattes.cnpq.br/4604273792583541>

Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) – Campus de Dianópolis, Tocantins, Brasil

E-mail: bcmafra34@gmail.com

José Fernando Bezerra Miranda³

<https://orcid.org/0000-0001-8134-2106>

<http://lattes.cnpq.br/8740725588483348>

Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) – Campus Palmas, Tocantins, Brasil

Email: jose.fb@unitins.br



Resumo

O agronegócio brasileiro é um dos principais propulsores da economia brasileira, contribuindo muito positivamente para o produto interno bruto e também para exportações. Apesar disso, o ambiente tributário complexo e fragmentado representa traz dificuldades à eficiência operacional e à competitividade internacional do setor. Com alta carga tributária e um sistema marcado por litígios prolongados, as empresas enfrentam obstáculos para cumprirem suas obrigações fiscais sem comprometer seus resultados. As recentes reformas tributárias buscam simplificar o sistema, consolidando impostos e reduzindo burocracias. No entanto, a implementação dessas mudanças ainda geram incertezas, especialmente quanto aos possíveis aumentos na carga fiscal e à introdução de novos tributos, como o IPVA sobre máquinas agrícolas. Além disso, a falta de regulamentação complementar dificulta o planejamento estratégico das empresas. Nesse contexto, a gestão tributária eficiente torna-se essencial para otimizar custos, melhorar o fluxo de caixa e garantir conformidade legal. Este artigo tem por finalidade examinar as principais estratégias adotadas pelo setor,

¹ Discente da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Possui graduação em Ciências Contábeis pelo Instituto Tocantinense De Educação Superior e Pesquisa Ltda 2015.

² Possui graduação em Direito pela Universidade Católica de Goiás (2005). Especialista em Direito Público - Constitucional e Administrativo (Uni Anhanguera). Mestre em Programa de Mestrado Acadêmico - Planejamento e Desenvolvimento Regional (Unitau). Doutoranda em Direito pela Universidade Estácio de Sá.

³ Doutorando em Educação pelo Educanorte e mestre em Educação pela UFT, Pós-graduado em Gestão Pública e um MBA em Docência do Ensino Superior e Auditoria contábil. Possui graduações em Pedagogia pela Faculdade UNIASSELVI, em Administração pelo Centro Universitário ITOP, e em Contabilidade pelas Faculdades Objetivo.

os benefícios de uma administração fiscal bem-estruturada e os desafios impostos pelo atual cenário regulatório.

Palavras-chave: Agronegócio brasileiro. Gestão tributária. Reforma tributária. Conformidade fiscal e competitividade internacional.

Abstract

Brazilian agribusiness is one of the main drivers of the Brazilian economy, contributing significantly to the gross domestic product and exports. Despite this, the complex and fragmented tax environment poses difficulties for the sector's operational efficiency and international competitiveness. With a high tax burden and a system marked by protracted litigation, companies face obstacles in meeting their tax obligations without compromising their results. Recent tax reforms seek to simplify the system, consolidating taxes and reducing bureaucracy. However, the implementation of these changes still generates uncertainty, especially regarding possible increases in the tax burden and the introduction of new taxes, such as the IPVA on agricultural machinery. In addition, the lack of complementary regulations makes it difficult for companies to strategically plan. In this context, efficient tax management becomes essential to optimize costs, improve cash flow and ensure legal compliance. This article aims to examine the main strategies adopted by the sector, the benefits of a well-structured tax administration and the tax challenges posed by the current regulatory scenario.

Keywords: Brazilian agribusiness. Tax management. Tax reform. Tax compliance and International competitiveness.

Introdução

O agronegócio brasileiro é um dos pilares da economia nacional, contribuindo significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB) e as exportações, conforme relatório publicado em abril de 2025 o CNA/Cepea, referente ao ano de 2024, o agronegócio brasileiro contribuiu com 23,2% do PIB total do país (CNA, 2025), atingindo R\$ 2,72 trilhões, dentro do agronegócio, a agricultura representou R\$ 1,9 trilhão e a pecuária R\$ 819,26 bilhões, já as exportações do agronegócio, em 2024, totalizaram R\$ 111,5 bilhões. No entanto, o ambiente tributário complexo e em constante evolução representa um desafio significativo para a competitividade e a sustentabilidade do setor.

Este artigo tem como objetivo analisar a importância da gestão tributária no agronegócio brasileiro, destacando os principais desafios, estratégias e benefícios associados a uma administração fiscal eficiente. Além disso, serão discutidos os impactos das recentes reformas tributárias e os incentivos fiscais disponíveis para o setor.

A metodologia utilizada inclui revisão bibliográfica de artigos acadêmicos, relatórios governamentais e estudos de caso, com foco em aspectos como conformidade tributária, digitalização, planejamento estratégico e sustentabilidade fiscal. (CNA, 2025)

Contexto Histórico

A evolução do agronegócio no Brasil foi moldada por fatores socioeconômicos e políticos. Historicamente, o setor desempenhou um papel fundamental na economia, passando por ciclos agrícolas como café, gado, cana-de-açúcar, borracha e cacau.

O termo "grilagem" (falsificação de documentos fundiários para aquisição ilegal de terras) também influenciou a gestão de terras no país, criando desafios para empreendimentos agrícolas legítimos. Além disso, a criação de marcos regulatórios, como o Zoneamento de Uso Econômico e Ecológico (POLICYMIX, 2025) (ZSEE) em Mato Grosso (2008), buscou equilibrar o agronegócio com a proteção ambiental.

Com 388 milhões de hectares aráveis e 90 milhões ainda inexplorados, o Brasil é um dos maiores exportadores agrícolas globais, alimentando cerca de 10% da população mundial. No entanto, a alta carga tributária (33% do PIB em 2018) (INTERNATIONAL TAX REVIEW, 2025) e a complexidade do sistema fiscal representam desafios significativos para o setor.

ESTRATÉGIAS DE GESTÃO TRIBUTÁRIA

Visão geral dos desafios de conformidade tributária

A conformidade tributária no agronegócio brasileiro apresenta um cenário complexo influenciado por vários fatores, como mudanças regulatórias, concorrência e digitalização.

Os profissionais do direito e os contadores enfrentam diversos desafios relacionados à conformidade tributária. Dentre eles, destaca-se a alta carga tributária e a complexidade do sistema, que frequentemente resultam em insegurança jurídica. A alta rotatividade de normas e interpretações distintas dos tribunais podem gerar dificuldades na aplicação da legislação (LEGALE, 2025).

Digitalização e Automação em Relatórios Fiscais (CNA, 2025)

A integração de sistemas de relatórios altamente digitalizados pelas autoridades fiscais brasileiras visa agilizar a conformidade fiscal. (CNA, 2025)

A transformação digital na gestão fiscal tem se tornado uma prioridade para empresas que buscam otimizar seus processos internos e garantir conformidade com as regulamentações fiscais que estão em constante evolução. A automatização de processos fiscais emerge como uma solução para melhorar a eficiência operacional e assegurar que as obrigações fiscais sejam cumpridas de maneira precisa, mais rápida e consistente. Afinal, um dos benefícios dessa abordagem está no fato de permitir que as organizações se adaptem mais rapidamente às mudanças regulatórias, minimizando os erros e evitando as multas. (ROCHAEMUCHOLOWSKI, 2025)

Implicações da reforma tributária

As recentes reformas tributárias trouxeram oportunidades e riscos para o agronegócio. Embora as reformas busquem simplificar o ambiente tributário, preservando os benefícios existentes e reduzindo a complexidade dos litígios, há preocupações quanto ao potencial aumento da carga tributária geral. A introdução de impostos estaduais, como o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (LATIN LAWYER, 2023) (IPVA) sobre máquinas agrícolas, pode ter impactos incertos no setor, exigindo planejamento cuidadoso e adaptação por parte das empresas.

Benefícios da Gestão Tributária Eficaz

A gestão tributária eficaz no agronegócio brasileiro desempenha um papel crucial no aumento da eficiência operacional e da saúde financeira geral.

A gestão tributária eficiente exige não apenas o cumprimento da legislação, mas também o uso de tecnologias avançadas para acompanhar as constantes mudanças nas normas fiscais. Ferramentas como machine learning e data mining

oferecem uma análise detalhada da operação fiscal das empresas, identificando oportunidades de redução de custos e mitigação de riscos tributários. (TERRA, 2025).

Ao compreender e navegar estrategicamente pelo complexo cenário tributário, o agronegócio pode colher diversos benefícios.

Vantagem Competitiva

Empresas que implementam estratégias tributárias robustas também podem obter vantagem competitiva no mercado. Ao alinhar suas operações com as regulamentações e incentivos tributários, podem reduzir sua carga tributária geral, permitindo o reinvestimento em iniciativas de crescimento. Estudos sugerem que uma melhor administração fiscal pode ajudar a nivelar as condições de concorrência entre as pequenas e as grandes empresas, em particular através da atenuação das disparidades de produtividade que muitas vezes desfavorecem os pequenos produtores do agro. (CNA, 2025)

Fluxo de caixa melhorado

Uma das principais vantagens da gestão tributária eficaz é a melhoria do fluxo de caixa. As empresas que gerenciam ativamente seus créditos e passivos fiscais estão melhores posicionadas para monetizar os ativos disponíveis antes dos prazos de pagamento de impostos, otimizando assim sua liquidez. Isto é particularmente importante para empresas com créditos fiscais significativos, uma vez que uma gestão antecipada pode atenuar o fardo financeiro dos impostos durante os períodos de transição. (FECAPE, 2025).

Simplificação dos Processos Fiscais

Reformas recentes que visam simplificar o sistema tributário brasileiro oferecem oportunidades significativas para o agronegócio. Espera-se que a consolidação de diversos tributos em uma estrutura mais simplificada reduza a complexidade e melhore a eficiência do cumprimento das normas. À medida que as empresas se adaptam a essas mudanças, provavelmente descobrirão que um sistema tributário simplificado pode aprimorar os processos operacionais e reduzir os custos de conformidade. (LINKEDIN, 2025).

Sustentabilidade Fiscal Aprimorada

Uma gestão tributária eficaz contribui para uma sustentabilidade fiscal mais ampla do setor agropecuário e da economia em geral.

Ao garantir o cumprimento das obrigações tributárias, as empresas podem ajudar a manter recursos públicos essenciais que apoiam a infraestrutura e os serviços essenciais às suas operações. À medida que o governo brasileiro enfrenta desafios para administrar os altos níveis de endividamento e manter a credibilidade fiscal, práticas tributárias responsáveis no agronegócio tornam-se ainda mais vitais. (LINKEDIN, 2025).

Planejamento Estratégico e Adaptação

Uma gestão tributária eficaz também facilita um melhor planejamento estratégico. Com uma compreensão mais clara das obrigações e oportunidades tributárias, os agronegócios podem criar previsões financeiras e orçamentos mais precisos. Essa preparação é crucial para que as empresas naveguem pelas incertezas impostas pela evolução das políticas tributárias e das condições econômicas,

permitindo-lhes adaptar seus modelos de negócios e estratégias de investimento de acordo (TERRA, 2025).

Desafios na Gestão Tributária

A tributação do agronegócio no Brasil é uma questão extremamente importante e complexa, dado o papel significativo do setor na economia nacional. O agronegócio representa uma grande parcela do PIB brasileiro e responde por uma parcela substancial das exportações do país. No entanto, a carga tributária imposta a essa atividade exige atenção especial dos produtores agrícolas (OLIVEIRA ALVES, 2025)

À medida que o agronegócio busca crescimento e sustentabilidade, uma gestão tributária eficaz torna-se crucial para enfrentar esses desafios multifacetados e garantir o sucesso a longo prazo em um ambiente competitivo.

Visão geral da estrutura tributária

No agronegócio não é muito diferente no tange a carga tributária para exercer as atividades rurais.

As obrigações fiscais para o agronegócio incluem vários impostos importantes, como o Imposto Territorial Rural (ITR), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS). O ITR se aplica às propriedades rurais e é influenciado pelo cumprimento da função social da propriedade, que está vinculada à produtividade e ao uso do solo, conforme definido pela legislação brasileira (AgriQ, 2025).

Incentivos Fiscais e Regimes Especiais

O setor agropecuário brasileiro se beneficia de diversos incentivos fiscais e regimes especiais destinados a incentivar a produção e o investimento. Por exemplo, certos benefícios fiscais existem para aliviar o fardo dos operadores do agronegócio, promovendo investimentos em tecnologia, inovação e sustentabilidade. A Lei do Bem (EMBRAPA, 2025) permite que as empresas deduzam da base de cálculo do imposto de renda as despesas com pesquisa e desenvolvimento, incentivando o avanço tecnológico do setor.

Desafios de conformidade

A complexidade do sistema tributário brasileiro exige cuidado e profissionalismo por parte dos envolvidos para que torne viável a atividade agropecuária.

Apesar dos incentivos disponíveis, navegar no sistema tributário do Brasil apresenta desafios de conformidade para o agronegócio. Os produtores devem se manter informados sobre as mudanças contínuas na legislação tributária e buscar consultoria especializada para gerenciar os riscos fiscais de forma eficaz. Os serviços de consultoria fiscal desempenham um papel crucial ao ajudar os operadores do agronegócio a identificar oportunidades de planejamento, mitigar riscos e maximizar os resultados financeiros (TAXADVICE, 2025).

Estudos de caso

O estudo de caso concentra-se na integração de vários instrumentos elaborados para complementar o Código Florestal Brasileiro. Entre esses instrumentos estão o pagamento por serviços ambientais (POLICYMIX, 2025) e as cotas de reserva legal, que visam apoiar os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). O desenvolvimento contínuo do programa nacional de

REDD+ visa incorporar esses mecanismos à regularização fundiária, às restrições de crédito e ao licenciamento ambiental para garantir o progresso em direção aos objetivos de sustentabilidade.

Por exemplo, o conselho monetário nacional tomou medidas para restringir o crédito rural aos proprietários que não regularizaram suas licenças ambientais, ilustrando o papel das medidas regulatórias na promoção da conformidade ambiental no agronegócio.

Estudo de caso específico (CNA, 2025)

Mato Grosso, localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, serve como um estudo de caso crítico para a compreensão da dinâmica do agronegócio e da gestão tributária no país. (CNA, 2025)

À medida que o setor agropecuário do Brasil floresceu, respondendo por 26,7% do PIB nacional em 2020, o estado emergiu como um ator-chave este boom econômico, o estudo de caso examina a interação entre o capital nacional e o estrangeiro. (CNA, 2025)

Enquanto multinacionais estrangeiras dominam muitos segmentos agroindustriais, as empresas brasileiras mantêm participações significativas (AGRIBRASILIS, 2025) de mercado na produção agrícola primária. Esse cenário complexo levanta questões importantes sobre como os empreendedores nacionais podem alavancar o crescimento do agronegócio para se estabelecerem e se beneficiarem do investimento externo direto (IED).

Apoio e incentivos governamentais

Visão geral dos incentivos fiscais

O governo brasileiro oferece uma série de incentivos fiscais para estimular investimentos no setor do agronegócio. Esses incentivos são cruciais para fomentar tecnologia, inovação e práticas sustentáveis. Entre os programas de destaque, está a Lei do Bem (EMBRAPA, 2025).

A Lei 11.196/2005, da permissão para empresas deduzir despesas com pesquisa e desenvolvimento da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Além disso, estados com forte atuação no agronegócio frequentemente concedem isenções de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para equipamentos e insumos utilizados em projetos de energia renovável e gestão ambiental.

Impacto das recentes reformas tributárias

As recentes reformas tributárias no Brasil introduziram mudanças significativas no cenário de incentivos fiscais. Um aspecto crucial das reformas é a restrição de que apenas incentivos concedidos até maio de 2023 (LINKEDIN, 2025) seriam elegíveis para compensação. Essa mudança gera preocupações entre os investidores do setor do agronegócio, especialmente porque novos investimentos podem não receber o mesmo nível de incentivos até 2032. Como muitas empresas baseiam as suas operações nestes incentivos fiscais, é necessária uma revisão e adaptação completas dos projetos e estruturas fiscais existentes.

Além disso, o período de transição para programas de incentivo específicos, como a Lei do Bem (EMBRAPA, 2025) e a Lei de Informática, ainda não está claro, exigindo um monitoramento rigoroso de como o novo sistema impactará as iniciativas de pesquisa e desenvolvimento no agronegócio.

Apoio ao Desenvolvimento Regional

Para enfrentar as potenciais desigualdades decorrentes dessas reformas, o governo propôs o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (MARCO MARTINS ADVOGADOS, 2025) (FNDR), que visa promover o desenvolvimento regional e reduzir a desigualdade espacial. Este fundo alocará recursos com base em medidas de população e renda, direcionando 70% de seus recursos financeiros para os estados mais pobres, promovendo assim o crescimento equilibrado entre as regiões.

O Futuro dos Incentivos Fiscais

A implementação gradual de novos sistemas fiscais, como os impostos IBS e CBS, a partir de 2026 e culminando na adoção plena até 2033, visa minimizar as perturbações tanto para as empresas como para os consumidores. Esta abordagem oferece uma oportunidade para as agroindústrias se adaptarem ao ambiente em mudança, embora também exija que reavaliem os seus modelos operacionais e estratégias de gestão do crédito fiscal.

Em última análise, embora as reformas representem desafios, elas também apresentam oportunidades para que as agroindústrias com conhecimento tecnológico aumentem sua eficiência e competitividade por meio de planejamento proativo e reestruturação em antecipação ao novo cenário regulatório.

A reforma tributária proposta pelo PLP 68-A representa um marco significativo para o agronegócio brasileiro, trazendo desafios e oportunidades. Enquanto a desoneração atual de impostos tem sido um pilar para a competitividade do setor, as novas alíquotas de IBS e CBS exigem uma adaptação estratégica das empresas. A capacidade de se preparar para essas mudanças, através de uma gestão financeira eficaz e um planejamento estratégico abrangente, será crucial para garantir a sustentabilidade e o crescimento contínuo do agronegócio no Brasil. As empresas que conseguirem se adaptar a esse novo cenário estarão melhor posicionadas para enfrentar os desafios futuros e aproveitar as oportunidades que surgirem. PORTAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA, 2025.

IMPACTO DAS POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS NA SUSTENTABILIDADE

Visão geral das reformas tributárias

As recentes reformas tributárias no Brasil têm implicações significativas para a sustentabilidade do setor do agronegócio. A reforma busca preservar benefícios essenciais, com alíquotas reduzidas sobre insumos agrícolas, incluindo sementes e fertilizantes, ao mesmo tempo em que mantém um tratamento tributário favorável para pequenos e médios agricultores e pecuaristas.

A reforma tributária também traz mecanismos de desoneração e incentivos ao agro. Um dos mais relevantes é a isenção tributária para produtores com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões. Além disso, produtos que integrem a nova cesta básica nacional de alimentos terão alíquota zero, enquanto outros insumos não essenciais contarão com redução de até 60% na alíquota padrão. (TAXGROUP, 2025.)

Essa abordagem visa garantir que o agronegócio possa continuar operando de forma eficaz e, ao mesmo tempo, apoiar práticas sustentáveis.

Mudanças na estrutura tributária

Uma das mudanças mais notáveis é a introdução de um sistema duplo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Como o nome sugere, o IVA é um tipo de imposto que incide de forma não cumulativa, ou seja, somente sobre o que foi agregado em cada etapa da produção de um bem ou serviço, excluindo os valores

que já foram pagos em etapas anteriores. Um exemplo ajuda a entender como funciona a cumulatividade: imagine que uma fábrica venda seu produto ao distribuidor e tenha que pagar “X” de imposto sobre essa venda. Ao receber esse produto, o distribuidor precisa vendê-lo ao comerciante, e, nesse momento, novamente incide o tributo “X”. Por fim, o comerciante vende ao consumidor final, também com aplicação do referido tributo. (INFOMONEY, 2025)

Considerações ambientais

A reforma também introduz um imposto seletivo que visa produtos considerados nocivos à saúde ou ao ambiente. O imposto do pecado, ou imposto seletivo, incide sobre produtos e serviços específicos, geralmente associados a impactos negativos à saúde ou ao meio ambiente. Além de desestimular o consumo, ele também gera receita para o governo. Diferente de outros impostos, que valem para muitos produtos, o imposto seletivo foca apenas nos que têm efeitos negativos. (SENIOR, 2025.)

Desafios à frente

Apesar dos potenciais benefícios, a reforma apresenta desafios que exigem uma gestão cuidadosa. Embora a estrutura tributária pareça promissora, a implementação e a manutenção efetivas de encargos tributários devem ser monitoradas de perto para garantir o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade. A ausência de uma lei complementar que aborde questões sensíveis complica ainda mais o cenário, tornando essencial que as partes interessadas defendam políticas fiscais abrangentes que apoiem objetivos de sustentabilidade a longo prazo no setor agroindustrial (MARCO MARTINS ADVOGADOS, 2025)

Considerações Finais

Este estudo demonstrou que a gestão tributária no agronegócio brasileiro é um fator decisivo para a competitividade e sustentabilidade do setor, diante de um sistema fiscal complexo e em constante transformação. A análise demonstrou que estratégias como digitalização, planejamento fiscal proativo e aproveitamento de incentivos legais podem mitigar custos e otimizar fluxos de caixa, especialmente em um cenário marcado por reformas recentes, como a introdução do IVA dual. Contudo, persistem desafios significativos, como a fragmentação de normas e a lentidão nos litígios, que exigem adaptação contínua das empresas.

Os casos analisados reforçam a necessidade de harmonizar políticas tributárias com as demandas do setor, equilibrando eficiência econômica e responsabilidade fiscal. Para o futuro, recomenda-se maior clareza regulatória e investimento em capacitação técnica, visando consolidar o agronegócio como alicerce da economia sem comprometer sua rentabilidade. A gestão tributária, portanto, não é apenas uma obrigação, mas uma ferramenta estratégica para o crescimento sustentável do campo brasileiro.

Referências

- AGRIBRASILIS. **Tax reform and agribusiness in Brazil**. Disponível em: <https://agribrasilis.com/2025/01/14/tax-reform-agribusiness-brazil/>. Acesso em: maio 2025.
- AGRIQ. **Obrigações acessórias: quais são as da empresa rural?** Disponível em: <https://agriq.com.br/obrigacoes-acessorias/#:~:text=Contribui%C3%A7%C3%A3o%20Previdenci%C3%A1ria%20sob%20a%20Receita,....> Acesso em: maio 2025.
- BANCO MUNDIAL. **Panorama do Brasil: notícias sobre desenvolvimento, pesquisas, dados**. Disponível em: <https://www.worldbank.org>. Acesso em: maio 2025.
- CNA – CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **PIB do agronegócio fecha 2024 com crescimento de 1,81 %**. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/noticias/pib-do-agronegocio-fecha-2024-com-crescimento-de-1-81>. Acesso em: maio 2025.
- CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **[Título não informado]**. Disponível em: [link não informado]. Acesso em: maio 2025.
- CHAMBERS AND PARTNERS. **Corporate tax 2025: Brazil – trends and developments**. Disponível em: <https://practiceguides.chambers.com/practice-guides/corporate-tax-2025/brazil/trends-and-developments>. Acesso em: maio 2025.
- EMBRAPA. **Políticas públicas para a agricultura familiar**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: maio 2025.
- FEIJOLOPES. **Tax planning for Brazilian agribusiness: 5 key highlights that management and controlling shareholders should consider**. Disponível em: <https://www.feijolopes.com.br/en/2025/03/10/tax-tax-planning-for-brazilian-agribusiness-5-key-highlights-that-management-and-controlling-shareholders-should-consider/>. Acesso em: maio 2025.
- FECAP. **A gestão tributária e a sua importância para as empresas**. Disponível em: <https://www.fecap.br/2023/10/16/a-gestao-tributaria-e-a-sua-importancia-para-as-empresas/>. Acesso em: maio 2025.
- INTERNATIONAL TAX REVIEW (ITR). **Challenges and complexities of the Brazilian tax system**. Disponível em: <https://www.internationaltaxreview.com/article/2a68rfy5bw2ycq1ybgnhh/challenges-and-complexities-of-the-brazilian-tax-system>. Acesso em: maio 2025.
- LATIN LAWYER. **Brazil tax reform roundtable**. Disponível em: <https://latinlawyer.com/guide/brazil-tax-reform-roundtable/2023/article/brazil-tax-reform-roundtable>. Acesso em: maio 2025.

- LEGALE. **Desafios e soluções na conformidade tributária no Brasil.** Disponível em: <https://legale.com.br/blog/desafios-e-solucoes-na-conformidade-tributaria-no-brasil/>. Acesso em: maio 2025.
- LINKEDIN. **Tax reform in Brazil: impacts, challenges and opportunities for the sector.** Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/tax-reform-brazil-impacts-challenges-opportunities-sector-meireles-kwygf/>. Acesso em: maio 2025.
- LINKEDIN. **O sucesso do agronegócio brasileiro é um paradoxo para Lula.** Disponível em: <https://www.linkedin.com>. Acesso em: maio 2025.
- MACHADO MEYER. **Correct analysis of CITR measurement criteria may benefit agribusiness.** Disponível em: <https://www.machadomeyer.com.br/en/recent-publications/publications/tax/correct-analysis-of-citr-measurement-criteria-may-benefit-agribusiness>. Acesso em: maio 2025.
- MARCOS MARTINS ADVOGADOS. **Agribusiness: challenges & strategies for the sector's evolution.** Disponível em: <https://www.marcosmartins.adv.br/en/agribusiness-challenges-strategies-for-the-sectors-evolution/>. Acesso em: maio 2025.
- MDPI. **Evasão fiscal e sobrevivência de empresas: um estudo de caso brasileiro.** Disponível em: <https://www.mdpi.com>. Acesso em: maio 2025.
- OLIVEIRA ALVES ADVOGADOS. **Tributação do agronegócio no Brasil: desafios e oportunidades.** Disponível em: <https://oliveiraalves.com.br/en/tributacao-do-agronegocio-no-brasil-desafios-e-oportunidades/>. Acesso em: maio 2025.
- POLICYMIX. **Brazil – Mato Grosso case study.** Disponível em: <https://policymix.nina.no/case-studies/brazil-mato-grosso>. Acesso em: maio 2025.
- REFORMA TRIBUTÁRIA. **O futuro do agronegócio brasileiro frente à reforma tributária.** Disponível em: <https://www.reformatributaria.com/o-futuro-do-agronegocio-brasileiro-frente-a-reforma-tributaria/>. Acesso em: maio 2025.
- ROCHA & MUCHOLOWSKI. **Transformação digital na gestão fiscal para melhorar a eficiência.** Disponível em: <https://www.rochaemucholowski.adv.br/transformacao-digital-na-gestao-fiscal-para-melhorar-a-eficiencia/>. Acesso em: maio 2025.
- SENIOR. **O que é o imposto do pecado na Reforma Tributária?** Disponível em: <https://www.senior.com.br/blog/o-que-e-imposto-do-pecado>. Acesso em: maio 2025.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER). **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR).** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rXNZPGSJJyH5dbtmxZKhZDQ/?lang=en>. Acesso em: maio 2025.
- TAXADVICE. **A complexidade do sistema tributário brasileiro.** Disponível em: <https://taxadvice.com.br/a-complexidade-do-sistema-tributario-brasileiro/>. Acesso em: maio 2025.

TAXGROUP. **Benefícios fiscais: quais os impactos da reforma no agronegócio?**

Disponível em: <https://www.taxgroup.com.br/intelligence/beneficios-fiscais-quais-os-impactos-da-reforma-no-agronegocio/>. Acesso em: maio 2025.

VERTEX INC. **Tax reform: a new chapter for Brazil.** Disponível em:

<https://www.vertexinc.com/resources/resource-library/tax-reform-new-chapter-brazil>. Acesso em: maio 2025.

VINÍCIUS PACHECO. **Como uma gestão eficiente pode tornar o agronegócio brasileiro mais competitivo.** Disponível em:

<https://www.terra.com.br/noticias/como-uma-gestao-eficiente-pode-tornar-o-agronegocio-brasileiro-mais-competitivo,ed5e5d102414f809c4f4fe4d25154198ed3tyx1s.html>. Acesso em: maio 2025.